



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 12 de Julho de 2011 (26.07)
(OR. en)**

12613/11

PUBLIC 45

NOTA

Assunto: LISTA MENSAL DOS ACTOS DO CONSELHO – ABRIL DE 2011

O presente documento contém:

- no ANEXO I, uma lista dos actos adoptados pelo Conselho em Abril de 2011 ^{1 2};
- no ANEXO II, outros elementos relativos à adopção dos actos. A PARTE I contém informações sobre a adopção dos actos legislativos, tais como a data de adopção, a reunião correspondente do Conselho, o número do documento adoptado e, quando aplicável, as regras de votação aplicáveis, os resultados da votação, as declarações de voto e as declarações exaradas na acta do Conselho. A PARTE II contém informações sobre a adopção de outros actos que o Conselho decidiu tornar públicas.

¹ Com excepção de determinados actos de alcance limitado, tais como decisões processuais, nomeações, decisões de organismos instituídos por acordos internacionais, decisões orçamentais pontuais, etc.

² No caso dos actos legislativos adoptados pelo processo legislativo ordinário, pode existir uma diferença entre a data da reunião do Conselho em que o acto legislativo foi adoptado e a data efectiva do acto em questão, na medida em que os actos legislativos abrangidos por esse processo só são considerados adoptados depois de assinados pelo Presidente do Conselho e pelo Presidente do Parlamento Europeu, bem como pelos Secretários-Gerais das duas Instituições.

O presente documento está igualmente acessível através da Internet, no endereço <http://consilium.europa.eu/> rubrica "Documentos", "Transparência legislativa", "Lista mensal dos actos do Conselho". Os documentos referidos na lista podem ser obtidos no registo público de documentos do Conselho (Acesso aos documentos do Conselho: [Registo Público](#)).

Note-se que apenas fazem fé as actas relativas à aprovação definitiva dos actos legislativos (disponíveis na Internet: <http://consilium.europa.eu/>, ver "Documentos", "Transparência Legislativa", "[Actas do Conselho](#)").

**LISTA DOS ACTOS ADOPTADOS PELO CONSELHO
EM ABRIL DE 2011****Procedimento escrito concluído em 1 de Abril de 2011**

Decisão 2011/210/PESC do Conselho, de 1 de Abril de 2011, sobre uma operação militar da União Europeia de apoio às operações de ajuda humanitária em resposta à situação de crise na Líbia ("EUFOR Líbia")

JO L 89 de 5.4.2011, p. 17–20

Procedimento escrito concluído em 6 de Abril de 2011

Decisão 2011/221/PESC do Conselho, de 6 de Abril de 2011, que altera a Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim

JO L 93 de 7.4.2011, p. 20–25

Regulamento (UE) n.º 330/2011 do Conselho, de 6 de Abril de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades, a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim

JO L 93 de 7.4.2011, p. 10–15

Procedimento escrito concluído em 8 de Abril de 2011

Decisão de Execução 2011/230/PESC do Conselho, de 8 de Abril de 2011, que dá execução à Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim

JO L 97 de 12.4.2011, p. 46–46

Regulamento de Execução (UE) n.º 348/2011 do Conselho, de 8 de Abril de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim

JO L 97 de 12.4.2011, p. 1–2

**3081.ª reunião do Conselho da União Europeia (JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS)
realizada no Luxemburgo, em 11 e 12 de Abril de 2011**

Regulamento (UE) n.º 513/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 relativo às agências de notação de risco (Texto relevante para efeitos do EEE)

JO L 145 de 31.5.2011, p. 30–56

Directiva 2011/51/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera a Directiva 2003/109/CE do Conselho de modo a alargar o seu âmbito de aplicação aos beneficiários de protecção internacional (Texto relevante para efeitos do EEE)

JO L 132 de 19.5.2011, p. 1–4

Regulamento (UE) n.º 511/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que aplica a cláusula bilateral de salvaguarda do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República da Coreia
JO L 145 de 31.5.2011, p. 19–27

Conclusões do Conselho sobre o relatório anual de 2010 e o Programa de Trabalho para 2011 da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (REPC)
7135/1/11 REV 1 + REV 1 COR 1 (de) + REV 1 COR 2 (sk) + REV 2 (mt)

Conclusões do Conselho sobre a promoção da prevenção da criminalidade através da concepção do espaço (PCCE)
8094/11

Resolução do Conselho sobre a utilização de cães-polícia na União Europeia
8178/11 + REV 1 (it)

Resolução do Conselho sobre recomendações respeitantes à organização de jogos de futebol e outras manifestações desportivas importantes, especialmente torneios organizados por mais de um país
8179/11 COR 1 (nl) + COR 2 (pt)

Conclusões do Conselho sobre a contribuição das autoridades aduaneiras para a aplicação do Programa de Estocolmo na luta contra a criminalidade transfronteiras grave e organizada
8096/11

Conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento da avaliação de risco para efeitos de gestão de catástrofes na União Europeia
8068/11 + COR 1 + REV 1 (hu, pl, sk)

Conclusões do Conselho sobre a cooperação entre a Europol e o Centro da SECI/SELEC
8185/11

Regulamento (UE) n.º 370/2011 do Conselho, de 11 de Abril de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 215/2008, relativo ao Regulamento Financeiro aplicável ao 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, no que diz respeito ao Serviço Europeu para a Acção Externa
JO L 102 de 16.4.2011, p. 1–5

Decisão do Conselho que altera a Decisão 1999/70/CE relativa à designação dos auditores externos dos bancos centrais nacionais, no que diz respeito aos auditores externos do Nationale Bank van België/Banque Nationale de Belgique
7151/11

2011/255/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Nova Zelândia, nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia
JO L 110 de 29.4.2011, p. 12–12

2011/247/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Austrália, nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia
JO L 104 de 20.4.2011, p. 1–1

2011/256/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a República Argentina, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia
JO L 110 de 29.4.2011, p. 13–13

Decisão do Conselho que altera a Decisão do Conselho de 26 de Julho de 2010, relativa à participação da União Europeia nas negociações destinadas a alterar o Protocolo de 1998 à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos metais pesados
8207/11 + COR 1 (fi)

Conclusões do Conselho sobre a gestão das migrações oriundas dos países da vizinhança meridional
8710/2/11 REV 2

3082.ª reunião do Conselho da União Europeia (NEGÓCIOS ESTRANGEIROS) realizada no Luxemburgo, em 12 de Abril de 2011

2011/283/UE: Decisão do Conselho, de 12 de Abril de 2011, relativa à celebração de um Protocolo ao Acordo de Parceria e Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, sobre um Acordo-Quadro entre a União Europeia e a República da Moldávia relativo aos princípios gerais que regem a participação da República da Moldávia em programas da União
JO L 131 de 18.5.2011, p. 1–1

2011/248/UE: Decisão do Conselho, de 12 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob a forma de troca de cartas entre a União Europeia, por um lado, e a Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro, que estabelece uma maior liberalização das suas trocas comerciais de produtos agrícolas, produtos agrícolas transformados, peixe e produtos da pesca, e que altera o Acordo provisório de Associação Euro-Mediterrânico sobre Comércio e Cooperação entre a Comunidade Europeia, por um lado, e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) em benefício da Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro
JO L 104 de 20.4.2011, p. 2–2

Decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia, por um lado, e a Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro, que estabelece uma maior liberalização das suas trocas comerciais de produtos agrícolas, produtos agrícolas transformados, peixe e produtos da pesca, e que altera o Acordo provisório de Associação Euro Mediterrânico sobre Comércio e Cooperação entre a Comunidade Europeia, por um lado, e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) em benefício da Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro
7770/11 + COR 1 (sv) + REV 1 (sl)

Decisão de Execução 2011/345/PESC do Conselho, de 16 de Junho de 2011, que dá execução à Decisão 2011/137/PESC relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia
JO L 159 de 17.6.2011, p. 93–94

Regulamento de Execução (UE) n.º 573/2011 do Conselho, de 16 de Junho de 2011, que dá execução ao artigo 16.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 204/2011, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia
JO L 159 de 17.6.2011, p. 5–6

2010/232/PESC: Decisão 2010/232/PESC do Conselho, de 26 de Abril de 2010, que renova as medidas restritivas contra a Birmânia/Mianmar
JO L 105 de 27.4.2010, p. 22–108

Decisão 2011/235/PESC do Conselho, de 12 de Abril de 2011, que impõe medidas restritivas contra determinadas pessoas e entidades tendo em conta a situação no Irão
JO L 100 de 14.4.2011, p. 51–57

Regulamento (UE) n.º 359/2011 do Conselho, de 12 de Abril de 2011, que impõe medidas restritivas contra determinadas pessoas, entidades e organismos tendo em conta a situação no Irão
JO L 100 de 14.4.2011, p. 1–11

Conclusões do Conselho sobre o Iémen
8874/11

Conclusões do Conselho sobre o Barém
8873/11

Conclusões do Conselho sobre a Líbia
8925/11

Conclusões do Conselho sobre a Síria
8871/11 + COR 1

Conclusões do Conselho sobre a Costa do Marfim
8972/11

Conclusões do Conselho sobre a Birmânia/Mianmar
8736/11

3083.ª reunião do Conselho da União Europeia (ASSUNTOS GERAIS) realizada no Luxemburgo, em 13 de Abril de 2011

Decisão do Conselho relativa ao mecanismo de negociação de uma convenção monetária com a República Francesa, agindo em benefício da colectividade ultramarina francesa de São Bartolomeu

7388/11 + REV 1(fr) + COR 1(sv)

Decisão do Conselho relativa à posição a adoptar pela União Europeia no âmbito do Conselho de Estabilização e de Associação instituído pelo Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Croácia, por outro, no que respeita às alterações do Protocolo n.º 4 do referido acordo relativo à definição da noção de "produtos originários" e aos métodos de cooperação administrativa
8533/11

Conclusões do Conselho sobre a Estratégia da União Europeia para a Região do Danúbio
8388/11 + ADD1+REV 1

3084.ª reunião do Conselho da União Europeia (AGRICULTURA E PESCAS) realizada no Luxemburgo, em 14 de Abril de 2011

Regulamento (UE) n.º 512/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 732/2008 que aplica um sistema de preferências pautais generalizadas para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2011
JO L 145 de 31.5.2011, p. 28–29

Conclusões do Conselho sobre o Relatório Especial n.º 10/2010 do Tribunal de Contas Europeu, intitulado "Medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas e das ilhas menores do mar Egeu"
8443/11

Conclusões do Conselho sobre a estratégia de preparação de certos países vizinhos para a adesão às convenções CE-EFTA de 1987 relativas a um regime de trânsito comum e à simplificação das formalidades no comércio de mercadorias
6800/2/11 REV 2

Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção Regional sobre Regras de Origem Preferenciais Pan-Euromediterrânicas
9124/3/10 REV 3 + COR 1 (el)

Conclusões do Conselho sobre o Plano de Aplicação da Estratégia da UE de apoio à redução do risco de catástrofes nos países em desenvolvimento 2011-2014
8605/11

Directiva do Conselho que altera a Directiva 91/414/CEE do Conselho com o objectivo de incluir a substância activa carbendazime (Texto relevante para efeitos do EEE)
5974/11

Procedimento escrito concluído em 19 de Abril de 2011

Regulamento de Execução (UE) n.º 405/2011 do Conselho, de 19 de Abril de 2011, que institui um direito de compensação definitivo e estabelece a cobrança definitiva do direito provisório instituído sobre as importações de determinadas barras de aço inoxidável originárias da Índia
JO L 108 de 28.4.2011, p. 3–10

Procedimento escrito concluído em 29 de Abril de 2011

Decisão de Execução 2011/261/PESC do Conselho, de 29 de Abril de 2011, que dá execução à Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim
JO L 111 de 30.4.2011, p. 17–18

Regulamento de Execução (UE) n.º 419/2011 do Conselho, de 29 de Abril de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim
JO L 111 de 30.4.2011, p. 1–2

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE ACTOS LEGISLATIVOS ABRIL DE 2011			
TÍTULO DO ACTO LEGISLATIVO	TEXTOS ADOPTADOS	REGRA DE VOTAÇÃO	VOTAÇÃO
3081.ª reunião do Conselho da União Europeia (JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS) realizada no Luxemburgo, em 11 e 12 de Abril de 2011 Regulamento (UE) n.º 513/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 relativo às agências de notação de risco (Texto relevante para efeitos do EEE)	PE-CONS 70/10	Maioria qualificada	Todos os Estados-Membros a favor
Declaração da Delegação Portuguesa "Portugal apoia inteiramente que seja conferido à AEVMM o estatuto de verdadeira autoridade europeia de supervisão para as agências de notação de risco e congratula-se pois com o regulamento proposto, que atribui à AEVMM poderes em matéria de registo e supervisão das agências de notação de risco. No entanto, Portugal lamenta que os poderes de controlo da aplicação atribuídos à AEVMM no regulamento proposto sejam aparentemente mais fracos do que os poderes de controlo da aplicação actualmente concedidos às autoridades nacionais competentes que controlam a aplicação da legislação financeira pelos intervenientes no mercado. Embora sejam conferidos poderes sancionatórios à AEVMM, seria um erro, em nosso entender, se esses poderes ficassem limitados a uma aplicação quase mecânica de critérios e montantes estabelecidos na legislação. Especialmente no início do estabelecimento da AEVMM, Portugal espera que os poderes de controlo da aplicação que são conferidos a esta autoridade não fiquem limitados à decisão a tomar sobre a aplicação ou não da sanção".			
Declaração do Reino Unido, da Espanha, dos Países Baixos, da Suécia, da Áustria, da Finlândia, da Hungria, da Irlanda e do Luxemburgo "Os Estados-Membros supra mencionados congratulam-se com a revisão do Regulamento 1060/2009, que permitirá a supervisão das agências de notação de risco por parte da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM) em consonância com o acordo alcançado na UE relativamente ao pacote de supervisão. Os supra mencionados Estados-Membros congratulam-se também em especial com o facto de a AEVMM proceder, até 7 de Junho de 2011, em cooperação com a Autoridade Bancária Europeia (ABE) e a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (AESPCR), à emissão e actualização de orientações sobre a aplicação do regime de validação previsto no n.º 3 do artigo 4.º. Estas orientações são necessárias para clarificar que a validação pode ter lugar se o regime regulamentar do país terceiro ou, na falta de tais requisitos regulamentares, a própria agência de notação de risco aplicar requisitos que sejam pelo menos tão estritos como os previstos nos artigos 6.º a 12.º do Regulamento 1060/2009. A agência de notação de risco que procede à validação continua a ser responsável junto da AEVMM pelo cumprimento de tais requisitos, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento 1060/2009."			

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE ACTOS LEGISLATIVOS ABRIL DE 2011			
TÍTULO DO ACTO LEGISLATIVO	TEXTOS ADOPTADOS	REGRA DE VOTAÇÃO	VOTAÇÃO
Directiva 2011/51/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera a Directiva 2003/109/CE do Conselho de modo a alargar o seu âmbito de aplicação aos beneficiários de protecção internacional (Texto relevante para efeitos do EEE)	PE-CONS 66/10	Maioria qualificada	Todos os Estados-Membros a favor com excepção de: contra: CS e MT
Declaração da Comissão "A Comissão recorda o seu empenho em garantir que os Estados-Membros elaborem quadros de correspondência que estabeleçam uma relação entre as medidas de transposição por eles adoptadas e a directiva da UE, e lhes comuniquem no âmbito da transposição da legislação da UE, no interesse dos cidadãos, de uma melhor legislação e de uma maior transparência jurídica, bem como em contribuir para a análise da conformidade das regras nacionais com as disposições adoptadas a nível da UE. A Comissão lamenta a falta de apoio relativamente à disposição incluída na proposta da Comissão, de 2007, que altera a directiva relativa aos residentes de longa duração, que visava tornar obrigatória a elaboração de quadros de correspondência. Num espírito de compromisso e a fim de permitir a adopção imediata da proposta relativa aos residentes de longa duração, a Comissão está disposta a aceitar a substituição da cláusula relativa à obrigatoriedade dos quadros de correspondência constante do texto por um considerando adequado que incentive os Estados-Membros a adoptarem essa prática. No entanto, a posição adoptada pela Comissão neste dossiê não deve ser considerada um precedente. A Comissão prosseguirá os seus esforços destinados a encontrar, juntamente com o Parlamento Europeu e o Conselho, uma solução apropriada para essa questão horizontal de ordem institucional."			

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE ACTOS LEGISLATIVOS
ABRIL DE 2011

TÍTULO DO ACTO LEGISLATIVO	TEXTOS ADOPTADOS	REGRA DE VOTAÇÃO	VOTAÇÃO
Declaração de Malta "Malta: Lamenta que a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2003/109/CE de modo a alargar o seu âmbito de aplicação aos beneficiários de protecção internacional não tenha em conta as suas dificuldades. A directiva agravará a pressão a que Malta está sujeita devido ao número de beneficiários de protecção internacional presentes na ilha e à sua limitada capacidade de absorção. Faz particular referência à exposição de motivos do relatório do Parlamento Europeu sobre esta proposta, que regista que a proposta poderá ter o efeito de exacerbar a pressão a que estão sujeitos os Estados-Membros que acolhem um número desproporcionado de beneficiários de protecção internacional, devido, em particular, à sua situação geográfica ou demográfica. A exposição de motivos salienta ainda que as disposições da directiva devem ser aplicadas de modo a facilitar aos beneficiários de protecção internacional que gozem do estatuto de residente de longa duração num Estado-Membro confrontado com tais pressões desproporcionadas, o exercício do direito de residir num Estado-Membro que não aquele que lhes concedeu protecção internacional. Exorta os Estados-Membros a terem em conta esta recomendação e a facilitarem a circulação dos beneficiários de protecção internacional de Malta, a partir do momento em que estes tenham adquirido o estatuto de residente de longa duração no país, tendo em vista atenuar os efeitos negativos que, de outra forma, poderiam resultar da aplicação da directiva. Reitera o seu apelo a uma maior solidariedade através da redistribuição no interior da UE de beneficiários de protecção internacional, tal como preconizado pelo Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo e reafirmado nas conclusões do Conselho aprovadas pelo Conselho Europeu em 17 de Junho de 2010. Recorda que a política da União Europeia em matéria de imigração e de asilo deve ser regida pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades, em conformidade com o artigo 80.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), e declara que a proposta não inclui quaisquer medidas para implementar esse princípio, apesar do facto de se tratar do primeiro instrumento a ser adoptado no contexto do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). Espera que os outros instrumentos a adoptar no âmbito do SECA respeitem plenamente o princípio consagrado no artigo 80.º do TFUE, e que o regime de votação por maioria qualificada seja aplicado em conformidade com este princípio geral".			

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE ACTOS LEGISLATIVOS ABRIL DE 2011			
TÍTULO DO ACTO LEGISLATIVO	TEXTOS ADOPTADOS	REGRA DE VOTAÇÃO	VOTAÇÃO
Regulamento (UE) n.º 511/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que aplica a cláusula bilateral de salvaguarda do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República da Coreia	PE-CONS 8/11	Maioria qualificada	Todos os Estados-Membros a favor
3084.ª reunião do Conselho da União Europeia (AGRICULTURA E PESCAS) realizada no Luxemburgo, em 14 de Abril de 2011			
Regulamento (UE) n.º 512/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 732/2008 que aplica um sistema de preferências pautais generalizadas para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2011	PE-CONS 10/2/11 REV 2	Maioria qualificada	Todos os Estados-Membros a favor

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
Procedimento escrito concluído em 1 de Abril de 2011 Decisão 2011/210/PESC do Conselho, de 1 de Abril de 2011, sobre uma operação militar da União Europeia de apoio às operações de ajuda humanitária em resposta à situação de crise na Líbia ("EUFOR Líbia") 8210/11 + COR 1 (pt) + COR 2 (it) + COR 3 (et) Procedimento escrito concluído em 6 de Abril de 2011 Decisão 2011/221/PESC do Conselho, de 6 de Abril de 2011, que altera a Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim 7242/11 + ADD 1 REV 2 Regulamento (UE) n.º 330/2011 do Conselho, de 6 de Abril de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades, a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim 7246/11 ADD 1 REV 2 Procedimento escrito concluído em 8 de Abril de 2011 Decisão de Execução 2011/230/PESC do Conselho, de 8 de Abril de 2011, que dá execução à Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim 8686/11 Regulamento de Execução (UE) n.º 348/2011 do Conselho, de 8 de Abril de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim 8687/11	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
3081.ª reunião do Conselho da União Europeia (JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS) realizada no Luxemburgo, em 11 e 12 de Abril de 2011 Projecto de conclusões do Conselho sobre o relatório anual de 2010 e o Programa de Trabalho para 2011 da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (REPC) 7135/1/11 REV 1 + COR 1 (de) +COR 2 (sk) + REV 2 (mt) Conclusões do Conselho sobre a promoção da prevenção da criminalidade através da concepção do espaço (PCCE) 8094/11 Resolução do Conselho sobre a utilização de cães-polícia na União Europeia 8178/11 + REV 1 (it) Resolução do Conselho sobre recomendações respeitantes à organização de jogos de futebol e outras manifestações desportivas importantes, especialmente torneios organizados por mais de um país 8179/11 + COR 1 (nl) + COR 2 (pt) Conclusões do Conselho sobre a contribuição das autoridades aduaneiras para a aplicação do Programa de Estocolmo na luta contra a criminalidade transfronteiras grave e organizada 8096/11 Conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento da avaliação de risco para efeitos de gestão de catástrofes na União Europeia 8068/11 + COR 1+ REV 1 (hu, pl, sk) Conclusões do Conselho sobre a cooperação entre a Europol e o Centro da SECI/SELEC 8185/11	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
Regulamento (UE) n.º 370/2011 do Conselho, de 11 de Abril de 2011, que altera o Regulamento (CE) n.º 215/2008, relativo ao Regulamento Financeiro aplicável ao 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, no que diz respeito ao Serviço Europeu para a Acção Externa 7497/11 + REV 1 (en) Decisão do Conselho que altera a Decisão 1999/70/CE relativa à designação dos auditores externos dos bancos centrais nacionais, no que diz respeito aos auditores externos do Nationale Bank van België/Banque Nationale de Belgique 7151/11 2011/255/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Nova Zelândia, nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia 6534/11 2011/247/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a Austrália, nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia 6601/11	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
2011/256/UE: Decisão do Conselho, de 11 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a República Argentina, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia 6607/11 Decisão do Conselho que altera a Decisão do Conselho de 26 de Julho de 2010, relativa à participação da União Europeia nas negociações destinadas a alterar o Protocolo de 1998 à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos metais pesados 8207/11 + COR 1 (fi) Conclusões do Conselho sobre a gestão das migrações oriundas dos países da vizinhança meridional 8710/2/11 REV 2 3082.ª reunião do Conselho da União Europeia (NEGÓCIOS ESTRANGEIROS) realizada no Luxemburgo, em 12 Abril de 2011 2011/283/UE: Decisão do Conselho, de 12 de Abril de 2011, relativa à celebração de um Protocolo ao Acordo de Parceria e Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, sobre um Acordo-Quadro entre a União Europeia e a República da Moldávia relativo aos princípios gerais que regem a participação da República da Moldávia em programas da União 8375/11 + COR 1	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
2011/248/UE: Decisão do Conselho, de 12 de Abril de 2011, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob a forma de troca de cartas entre a União Europeia, por um lado, e a Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro, que estabelece uma maior liberalização das suas trocas comerciais de produtos agrícolas, produtos agrícolas transformados, peixe e produtos da pesca, e que altera o Acordo provisório de Associação Euro-Mediterrânico sobre Comércio e Cooperação entre a Comunidade Europeia, por um lado, e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) em benefício da Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro 7767/11 + COR 1 (sv) Decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia, por um lado, e a Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro, que estabelece uma maior liberalização das suas trocas comerciais de produtos agrícolas, produtos agrícolas transformados, peixe e produtos da pesca, e que altera o Acordo provisório de Associação Euro-Mediterrânico sobre Comércio e Cooperação entre a Comunidade Europeia, por um lado, e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) em benefício da Autoridade Palestiniana da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por outro 7770/11 + COR 1 (sv) + REV 1 (sl) Decisão de Execução 2011/345/PESC do Conselho, de 16 de Junho de 2011, que dá execução à Decisão 2011/137/PESC relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia 8438/11 + ADD 1 REV 2 Regulamento de Execução do Conselho que dá execução aos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 204/2011 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia 8439/11 + ADD 1 REV 2	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
2010/232/PESC: Decisão 2010/232/PESC do Conselho, de 26 de Abril de 2010, que renova as medidas restritivas contra a Birmânia/Mianmar 8593/11 + ADD 4 REV 1 Decisão 2011/235/PESC do Conselho, de 12 de Abril de 2011, que impõe medidas restritivas contra determinadas pessoas e entidades tendo em conta a situação no Irão 8430/11 + ADD1 REV 1 Regulamento (UE) n.º 359/2011 do Conselho, de 12 de Abril de 2011, que impõe medidas restritivas contra determinadas pessoas, entidades e organismos tendo em conta a situação no Irão 8437/11 ADD1 REV 1 Conclusões do Conselho sobre o Iémen 8874/11 Conclusões do Conselho sobre o Bárem 8873/11 Conclusões do Conselho sobre a Líbia 8925/11 Conclusões do Conselho sobre a Síria 8871/11 + COR 1 Conclusões do Conselho sobre a Costa do Marfim 8972/11 Conclusões do Conselho sobre a Birmânia/Mianmar 8736/11	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
3083.ª reunião do Conselho da União Europeia (ASSUNTOS GERAIS) realizada no Luxemburgo, em 13 de Abril de 2011 Decisão do Conselho relativa ao mecanismo de negociação de uma convenção monetária com a República Francesa, agindo em benefício da colectividade ultramarina francesa de São Bartolomeu 7388/11 + REV 1(fr) + COR 1(sv) Decisão do Conselho relativa à posição a adoptar pela União Europeia no âmbito do Conselho de Estabilização e de Associação instituído pelo Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Croácia, por outro, no que respeita às alterações do Protocolo n.º 4 do referido acordo relativo à definição da noção de "produtos originários" e aos métodos de cooperação administrativa 8533/11 Conclusões do Conselho sobre a Estratégia da União Europeia para a Região do Danúbio 8388/11 + ADD1 REV 1 Declaração das Delegações Alemã e Búlgara A Delegação Húngara subscreve os dois primeiros parágrafos desta declaração. "A Alemanha declara que não pode concordar com o seguinte objectivo proposto no ponto 3.1 da Comunicação da Comissão Europeia (COM(2010) 715 final): "Eliminar estrangulamentos de navegabilidade existentes no rio para acomodar, durante todo o ano, embarcações de tipo VIB, até 2015²"; O objectivo proposto no ponto 3.1 (segundo travessão, incluindo nota de rodapé) implica prescrições que vão além dos requisitos mínimos para a modernização de acordo com as orientações RTE-T (Decisão n.º 661/2010/UE) em termos de classes de vias navegáveis, de navegabilidade durante todo o ano e de calado. Esses requisitos não podem ser cumpridos da mesma maneira em todos os troços do Danúbio. Por conseguinte, os parâmetros da modernização devem orientar-se pelas condições próprias de cada troço. Estão ainda completamente em aberto os resultados do actual estudo financiado pela UE que consiste em efectuar análises independentes das variantes sobre o troço do Danúbio entre Straubing e Vilshofen. O estudo não está orientado para o objectivo da "classe VIB"."	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
Declaração das Delegações Austríaca e Romena "A Áustria partilha da reserva contra o objectivo referido na declaração da Delegação Alemã. A Áustria manifesta a expectativa de que este objectivo seja reformulado de acordo com o procedimento estabelecido nas conclusões do Conselho (doc. ST 8388/11)." 3084.ª reunião do Conselho da União Europeia (AGRICULTURA E PESCAS) realizada no Luxemburgo, em 14 de Abril de 2011 Conclusões do Conselho sobre o Relatório Especial n.º 10/2010 do Tribunal de Contas Europeu, intitulado "Medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas e das ilhas menores do mar Egeu" 8443/11 Conclusões do Conselho sobre a estratégia de preparação de certos países vizinhos para a adesão às convenções CE-EFTA de 1987 relativas a um regime de trânsito comum e à simplificação das formalidades no comércio de mercadorias 6800/2/11 REV 2 Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção Regional sobre Regras de Origem Preferenciais Pan-Euromediterrânicas 9124/3/10 REV 3 + COR 1 (el)	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS
ABRIL DE 2011

OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
Declaração da Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Hungria, Áustria, Portugal, Roménia, Eslovénia e Finlândia sobre uma melhor cumulação das regras de origem entre a UE, os Estados da EFTA, os participantes no Processo de Estabilização e de Associação da União Europeia e a Turquia "A Bulgária, a República Checa, a Alemanha, a Estónia, a Hungria, a Áustria, Portugal, a Roménia, a Eslovénia e a Finlândia gostariam de agradecer às sucessivas Presidências do Conselho, bem como à Comissão e aos Estados-Membros, os trabalhos que culminaram no acordo sobre a Convenção regional sobre regras de origem preferenciais pan-euromediterrânicas. No intuito de simplificar e modernizar regras de origem onerosas em termos administrativos, a Comissão deu já início ao processo de revisão das regras de origem preferenciais de acordo com a Convenção; embora seja difícil prever quando a Convenção revista se tornará aplicável, vale a pena recordar que certas regras já aplicáveis prevêm que a cumulação seja aplicada de forma menos onerosa em termos administrativos. Uma vez que, para a cooperação comercial entre parceiros de uma zona de cumulação, são essenciais regras de cumulação práticas e eficazes, apelamos a que se estabeleçam tais regras para possibilitar uma cumulação diagonal de fácil gestão, tendo simultaneamente em conta todos os factores pertinentes. Atendendo à perspectiva europeia dos participantes no Processo de Estabilização e de Associação da União Europeia, as possibilidades de cumulação diagonal com base em regras de origem de fácil gestão contribuiriam de forma especial para reforçar a cooperação comercial, o crescimento económico e a estabilidade na região dos Balcãs Ocidentais." Declaração do Reino Unido, apoiado pela Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Polónia e Finlândia "O apoio do Reino Unido à adopção desta medida não prejudica de modo algum a nossa permanente objecção a que seja feita referência ao Kosovo como 'Kosovo no quadro da RCSNU 1244/99', por considerarmos que não representa uma posição genuinamente neutra em relação ao seu estatuto. O Reino Unido apela a que o Serviço Europeu para a Acção Externa e a Comissão Europeia procedam rapidamente a uma análise transversal das referências ao Kosovo em todos os documentos da UE tendo em vista fazer referência ao Kosovo de uma maneira genuinamente neutra em relação ao seu estatuto." Declaração da Roménia, apoiada pela Grécia, Espanha, Chipre e Eslováquia "A Roménia declara que a decisão sobre a assinatura da Convenção regional sobre regras de origem preferenciais pan-euromediterrânicas não afecta a posição constante da Roménia sobre o estatuto do Kosovo. Ao mesmo tempo, a Roménia considera que a referência ao Kosovo como "Kosovo no quadro da RCSNU 1244/1999" nos documentos da UE e, o que é mais importante, nos acordos assinados pela UE com o Kosovo reflecte uma posição neutra em relação ao seu estatuto."	

INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADOÇÃO DE OUTROS ACTOS ABRIL DE 2011	
OUTROS ACTOS	Votações/Declarações tornadas públicas
Conclusões do Conselho sobre o Plano de Aplicação da Estratégia da UE de apoio à redução do risco de catástrofes nos países em desenvolvimento 2011-2014 8605/11 Directiva do Conselho que altera a Directiva 91/414/CEE do Conselho com o objectivo de incluir a substância activa carbendazime (Texto relevante para efeitos do EEE) 5974/11 Procedimento escrito concluído em 19 de Abril de 2011 Regulamento de Execução (UE) n.º 405/2011 do Conselho, de 19 de Abril de 2011, que institui um direito de compensação definitivo e estabelece a cobrança definitiva do direito provisório instituído sobre as importações de determinadas barras de aço inoxidável originárias da Índia 8356/11 Procedimento escrito concluído em 29 de Abril de 2011 Decisão de Execução 2011/261/PESC do Conselho, de 29 de Abril de 2011, que dá execução à Decisão 2010/656/PESC que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim 9447/11 Regulamento de Execução (UE) n.º 419/2011 do Conselho, de 29 de Abril de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 560/2005 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades a fim de ter em conta a situação na Costa do Marfim 9448/11	